

## **Regionalismo e identidade cultural: o inglês como língua internacional\***

*Adam Shoemaker\*\**

### **Resumo**

*O objetivo deste artigo é discutir um certo modelo “de senso comum” para o aprendizado e o ensino efetivos de inglês como língua estrangeira no Brasil e como esse modelo se relaciona com o crescente papel do inglês como uma língua franca global. Faço reflexões para aprendizes e professores brasileiros de inglês em relação a como esse modelo “de senso comum” talvez não seja o melhor para a realidade de ensino e aprendizagem do inglês no Brasil, para uso como língua franca.*

### **Palavras-chave**

*Identidade cultural; etnocentrismo; hegemonia; proxêmica.*

### **Abstract**

*The aim of this article is to explore a “common-sense” model for the effective learning and teaching of English as a foreign language in Brazil and how this model relates to the expanding role of English as a global lingua franca. I will offer reflections for Brazilian learners and teachers of English concerning how this common-sense model might not best fit the reality of learning and teaching English in Brazil for use as a lingua franca.*

### **Keywords**

*Cultural identity; ethnocentrism; hegemony; proxemics.*

---

\* Artigo recebido em 15/01/2010.

\*\* Professor de língua inglesa na University Missouri-Kansas City (UMKC). Estudou no Brasil, Chile e Alemanha. Foi professor convidado da Harbin Medical University, em Harbin, China.

*Reality is merely an illusion, albeit a very persistent one.*<sup>1</sup>

Albert Einstein

DEVO SALIENTAR DESDE O INÍCIO QUE ESTE ARTIGO não segue o caminho trilhado pelo estilo acadêmico rigoroso, aceito e esperado em publicações desse tipo. Ao contrário, meu estilo aqui terá muito mais o formato de um artigo de registro escrito que, ao invés de referir-se à literatura, tratará de responder à pergunta de como estudantes brasileiros de inglês como língua estrangeira, e professores não-nativos do inglês, podem mais efetivamente se aproximar do estudo do inglês.

Fui convidado para estar na Universidade de Caxias do Sul durante o mês de novembro de 2010, na qualidade de professor americano de inglês como língua estrangeira. Fui de fato, a título de curiosidade, o primeiro professor americano falante nativo de língua inglesa a ser convidado para atuar nessa universidade. A atmosfera geral em torno de minha estada na UCS foi excitante. Uma paráfrase coletiva de um tema particular dentre os muitos comentários que ouvi foi: “A sua estada aqui é inspiradora para nós e para os alunos – isso torna o inglês real para os alunos, mostrando que o que tentamos ensinar a eles sobre o inglês é como o inglês realmente é”. Aparentemente, os alunos tiveram a oportunidade de ver que, sim, aqui está um falante nativo que realmente usa o inglês do modo como estão aprendendo a usá-lo em sala de aula e que, sim, os professores estavam realmente explicando e ensinando inglês para seus alunos do modo certo. Nesse sentido, minha visita pareceu levar um suspiro de alívio coletivo.

Esse suspiro coletivo também trouxe consigo um outro lado desse sentimento de afirmação. Pareceu revelar uma realidade do aprender inglês, pelo menos para os estudantes e professores de inglês na UCS. Devo admitir que não fiquei surpreso de perceber que isso simplesmente refletiu o que, ousado dizer, é tradicionalmente aceito no campo dos profissionais do ensino de inglês como língua estrangeira como uma verdade evidente, e também uma conclusão há muito presente na mente de muitos alunos de inglês como língua estrangeira, que encontrei nos meus doze anos de ensino de inglês como segunda língua nos Estados Unidos. A verdade aceita que prevalece é a seguinte: inglês autêntico, “real”, é melhor aprendido em um país onde se fala inglês “real”, e os professores mais qualificados e efetivos são falantes nativos “reais” do inglês. Desse

---

<sup>1</sup> A realidade é uma mera ilusão; se bem que uma ilusão muito persistente.

modo, então, pareceu-me que minha presença durante essas três semanas na UCS ofereceu um benefício colateral tanto para professores como para estudantes de inglês com os quais interagi, servindo como uma medida linguística padrão para usuários de inglês brasileiro com a qual puderam comparar seu inglês, para ver quão próximo ou quão distante do inglês “real” o seu inglês estava.

Agora, considerando os comentários que ouvi sobre quão importante foi eu estar na UCS e como a minha presença ajudou a deixar o inglês mais real e tangível para os alunos de inglês, conjeturo que essa “verdade corrente” sobre o ensino e a aprendizagem de inglês é, como possibilidade, amplamente aceita na UCS, ou pelo menos amplamente considerada como uma verdade possível. Parece, na essência, que isso simplesmente reflete o sentimento comum de que alunos e professores. “E isso não faz todo sentido?” alguém poderia argumentar. Gostaria de explorar esse pensamento sobre a verdade corrente em mais detalhes, e, portanto, preciso de um nome para esse conceito. Por falta de melhor termo, referir-me-ei a esse modelo de verdade corrente como o “modelo do senso comum” de aprendizagem de inglês.

Ponderando sobre a prevalência desse modelo, não somente, talvez, no campo de inglês como língua estrangeira no Brasil, mas também em círculos de inglês como segunda língua na América, admitirei que não foi surpresa encontrar uma corrente difusa de dúvidas sobre a eficácia do programa de inglês nos Programa de Línguas Estrangeiras (PLE), se comparado ao que tanto alunos como professores brasileiros pensam sobre os programas de inglês como segunda língua nos Estados Unidos, como aquele em que eu trabalho na cidade de Kansas. O que me deixou perplexo, no entanto – se assumirmos que o modelo do senso comum representa com precisão a realidade –, foi que o programa de língua inglesa no PLE era, na minha avaliação de professor americano de inglês, altamente bem-sucedido; na verdade, mais efetivo em certos aspectos pedagógicos de ensino e aprendizagem de inglês do que outros programas que vi nos Estados Unidos: professores de inglês no PLE dispunham de um profundo conhecimento de inglês que permite elucidar aspectos gramaticais e de uso; as explicações dos professores antecipam e direcionam questões da perspectiva do aluno como aprendiz de uma língua; a metodologia mantém um ambiente de “produção de linguagem” centrada no aluno. A realidade empírica do programa de inglês no PLE simplesmente contradiz o que o que o modelo do senso comum nos levaria a predizer. A maioria dos estudantes que conheci eram também exceções ao modelo de senso comum:

ouvi muitos alunos expressando-se em um inglês muito claro e bonito do qual tinham vergonha e esperavam falar melhor inglês. Algo no PLE era irônico, de fato.

O início, ainda vago, de uma possível explicação para essa aparente contradição surgiu em uma turma específica da UCS, enquanto discutíamos o papel do inglês no mundo e qual o melhor modo de estudar a língua. Os alunos estavam curiosos sobre como poderiam, enquanto aprendizes de inglês como segunda língua, estudando inglês no Brasil, fazer para alcançar uma fluência em inglês tal qual a fluência que eu tenho enquanto aprendiz de língua materna. Por um lado, parecia que os alunos perguntavam sobre como poderiam possuir algo que eu tinha enquanto falante nativo. Se eu fosse alemão, e a pergunta fosse sobre o aprendizado do alemão, teria considerado a possibilidade de dar a resposta do “modelo de senso comum”. Mas era uma questão sobre o inglês, e senti que a própria questão dava uma pista de que os alunos, em especial alunos de inglês, estavam olhando para o inglês de uma perspectiva errada, filtrando suas ideias sobre a língua por meio de um modelo pedagógico errado. O inglês não cabe mais no molde de outras línguas. O inglês já era língua deles; eles só não tinham ainda se dado conta do fato. “O inglês”, comecei a explicar, “não pertence mais à América, não mais do que pertence à Inglaterra ou à Austrália ou à Nova Zelândia. O inglês agora pertence ao mundo”. A aula terminou em seguida a essa afirmação, mas a frase estava feita, e me perguntaram mais tarde se eu poderia explicar o que queria dizer com isso. Penso que a solicitação foi mais que justa; ao revisitar a frase que fiz naquela aula em particular, concordo que provavelmente precise de algum esclarecimento. Este artigo, então, é dedicado a explorar tal afirmação. Para começar direito, acredito que será útil focar rapidamente o modelo do senso comum, e depois explorar de que modo ele pode não ser o melhor modelo para os alunos brasileiros no aprendizado de inglês.

O modelo do senso comum, de forma simplificada, assevera que o aprendizado mais efetivo de uma linguagem autêntica acontece quando ensinado por professores que são falantes nativos, ainda mais quando isso ocorre em um país de comunidade da língua-alvo. Aqui, no meu ponto de vista, está um perigo hipotético do modelo do senso comum aplicado ao inglês. Ao promover a ideia de que o melhor inglês é o que reflete um “autêntico” contexto cultural e regional do inglês, o modelo traz a implicação de que a cultura da língua-alvo de certo modo vale mais que a cultura e identidade próprias de um falante não-nativo do inglês. Se um requisito do aprendizado de inglês é diferenciar uma identidade cultural, regional ou nacional de outra ao usar o inglês, então o inglês

não pode ser considerado realmente uma língua global. Se o inglês tiver que servir como a língua da comunicação global, uma língua que fale através das culturas, então talvez o tradicional modelo do senso comum das línguas não seja o que melhor serve aos interesses de falantes não-nativos de inglês. Paulo Freire alertou contra o fato de se abraçar um modelo pedagógico que não seja igualitário:

Nenhuma pedagogia completamente liberal pode ficar longe da opressão, por tratá-los como infortunados e por apresentar à sua emulação modelos que partem de opressores. Os oprimidos devem ser seu próprio exemplo na luta pela sua redenção (FREIRE, 1970, p. 54).

O modelo do senso comum funciona essencialmente como um modelo pedagógico para o aprendizado de línguas. Eu seria negligente se não admitisse que esse modelo definitivamente tem uma tremenda atração pedagógica. Passar um tempo significativo envolto pelo ambiente sócio-cultural da língua-alvo e comunicar-se e interagir com usuários nativos dessa língua-alvo permitirão que o estudante desenvolva uma fluência profundamente autêntica e acurada na língua-alvo. Tal fluência linguística, em certas línguas, pode ser vital e psicologicamente muito gratificante. Esse aspecto psicológico é, no entanto, precisamente o motivo por que eu sugiro prudência ao seguir sem questionar o modelo do senso comum em relação ao aprendizado de inglês. O modelo do senso comum implica que o inglês usado no contexto sócio-cultural do país onde é falado por falantes nativos da língua é um paradigma de inglês a ser imitado. Isso pode levar os alunos a erroneamente estender essa implicação a mais um aspecto: o de que esse paradigma de inglês nativo é um paradigma de uso correto, e por consequência, como o uso de um falante não-nativo de inglês desvia-se desse paradigma nativo, o modelo não-nativo é incorreto.

Esse argumento, o argumento do modelo do senso comum, é ostensivamente difícil de refutar. O argumento é, entretanto, circular: insinua que o melhor modo de aprender inglês correto e autêntico é aprendê-lo com falantes nativos em um país onde é autêntica e corretamente utilizado. Não obstante, a falácia dessa conclusão é freqüentemente desconsiderada porque esse ponto de vista do inglês se localiza no próprio argumento. Como sugeri anteriormente, o que os alunos precisam fazer é aprender a olhar o inglês a partir de uma perspectiva diferente – nesse caso, a partir de um ponto de referência diferente –, um que esteja fora do argumento do senso comum. Esse modelo do senso comum para o aprendizado de inglês realmente exporá o aluno a um paradigma correto e autêntico da língua inglesa. Esse paradigma, no entanto, não é

absoluto; é um paradigma que depende de um contexto. O inglês correto, autêntico que estudantes não-nativos podem aprender entre falantes nativos e dentro de um contexto sócio-cultural natural da língua é um paradigma que só é potencialmente correto dentro desse contexto sócio-cultural onde o paradigma da língua existe. Em outras palavras, o modelo do senso comum do inglês é necessariamente um modelo etnocêntrico, não um modelo universal.

Tomemos como exemplo um americano, falante nativo do inglês, e um britânico, também falante nativo do inglês, conversando. À medida que o diálogo se desenrola, cada um percebe no outro diferenças no uso do inglês. Se cada falante analisar o uso da língua pelo modelo do senso comum, tanto o americano como o britânico interpretariam as diferenças como simples peculiaridades da língua e da cultura do outro. As diferenças na língua podem gerar mal-entendidos ou dificuldade, mas ambos estão conscientes de que cada pessoa vem de países cuja língua oficial é o inglês. Nenhum dos dois está errado; cada um tem simplesmente suas próprias maneiras culturais e regionais de usar o inglês.

Agora imaginemos que temos o mesmo americano, falante nativo do inglês, em uma conversa com um brasileiro, falante de inglês que aprendeu essa língua no Brasil entre professores falantes não-nativos do inglês. À medida que o diálogo se desenrola, tanto o americano como o brasileiro percebem diferenças nos usos que fazem do inglês. Se cada falante analisar o uso da linguagem a partir do modelo do senso comum, o americano poderia etnocentricamente interpretar as diferenças do brasileiro como erros, e o brasileiro chegaria à mesma conclusão, mas infelizmente sobre o seu uso do inglês, não sobre o inglês do americano.

É possível que o que o falante brasileiro percebeu como erros sejam meras diferenças de uso, baseadas no fato de que os usos do inglês diferem a partir do contexto sócio-cultural? Se o brasileiro for capaz de ter uma conversa clara em inglês com outro brasileiro, ambos falantes não-nativos de inglês dentro de um contexto sócio-cultural brasileiro, não é possível dizer que seu inglês é correto para o contexto sócio-cultural no qual a língua está sendo usada? O inglês é, antes de qualquer coisa, uma língua do coração, e o propósito de uma língua é a comunicação. Exploreemos o modelo do senso comum em relação a aprendizes brasileiros de inglês, e comecemos a analisar a pronúncia do inglês e a implicação do modelo do senso comum, de que alunos

aprenderão e desenvolverão uma pronúncia de inglês mais clara e mais autêntica do que estudantes que aprendem inglês com falantes não-nativos de inglês no Brasil.

### **O modelo do senso comum de pronúncia do inglês**

Primeiramente, minha afirmação de que “o inglês pertence ao mundo” tinha por objetivo acalmar alunos brasileiros diante da suposição desencorajadora, no meu entender, criada pelo modelo do senso comum de que ter um domínio claro e fluente do inglês falado equivale a ter, por exemplo, uma autêntica pronúncia de “inglês britânico” ou de “inglês americano”. De fato, para estudantes que buscam alcançar uma fluência de inglês que os permita fazer parte de uma “comunidade de língua inglesa” e os ajude a ser aceitos por falantes nativos como lingüisticamente pertencentes a essa comunidade, o modelo do senso comum funciona muito bem. É uma emoção e tanto, admitamos, alcançar um nível de proficiência na língua que permita a pessoa visitar ou trabalhar no país da língua-alvo e não ser instantaneamente identificado como falante não-nativo. O que me parece que todo aluno brasileiro de inglês busca é uma fluência de pronúncia no inglês que não exija imediatamente uma resposta para a pergunta: “de onde você é?”. De meu ponto de vista, no entanto, enquanto falante nativo e fluente de inglês americano, aposto que eu teria mais dificuldades de evitar essa pergunta pelo simples fato de viajar pelos Estados Unidos do que um brasileiro teria, potencialmente, se viajasse pelo mundo. Para entender o porquê disso, entretanto, precisamos olhar para a natureza do inglês a partir de uma perspectiva diferente.

O inglês, eu diria, historicamente pertence a certos países e culturas – e eu quero dizer com isso que o inglês tem sido, e realmente é, um aspecto central na identificação de regionalismos. O uso que os falantes do inglês fazem do seu dialeto regional os torna quase imediatamente reconhecíveis em sua identidade cultural – frequentemente pela simples pronúncia. O inglês, por meio do uso e do tempo, diferenciou-se em línguas<sup>2</sup> que são facilmente identificadas com cada país ou território que tem o inglês como língua materna, e essas línguas também se diversificaram em dialetos regionais e culturais que refletem e dão identidade às distintas regiões e culturas dentro dos países

---

<sup>2</sup> Alguns consideram o “inglês americano” como uma língua própria, bem diferente do inglês ancestral a ponto de ser chamada “língua”; outros podem denominar “ramificação”, “categoria” ou “conjunto de dialetos” do inglês. Escolhi usar o termo “língua” para deixar disponível a subcategoria de “dialeto” para as formas regionais e culturais, como o inglês americano, por exemplo.

onde esses dialetos são encontrados. O inglês americano<sup>3</sup> e o inglês australiano, apesar de partes de uma mesma “família”, são tão distintos um do outro na pronúncia quanto os países e culturas onde residem, e mesmo a expressão “pronúncia do inglês americano” é uma supersimplificação; dentro do que referimos como inglês americano existem claramente dialetos do inglês americano regionais distintos: sotaques do centro, do sul, do norte, do meio-atlântico, do oeste e da Nova Inglaterra – e dentro dessas pronúncias regionais existem frequentemente subgrupos que podem ser identificados por um ouvido cuidadoso a cada região de origem, tais como o sotaque de Boston ou o sotaque de Nova Iorque. Praticamente o mesmo pode ser dito, é claro, do português, do espanhol ou do francês, por exemplo, que também migraram e se dispersaram globalmente e desenvolveram dialetos distintos regionais, alguns tão distintos que nos fazem perguntar se estamos ouvindo à mesma língua. O regionalismo da língua – das línguas dentro de uma língua – é uma fonte central de identidade para as pessoas dessas regiões.

Para estudantes brasileiros interessados em aprender uma segunda língua com menos sotaque de estrangeiro, com uma pronúncia mais nativa do inglês, qual pronúncia regional esses alunos deveriam buscar? Essa questão de regionalismo e dialeto no inglês, para um aluno que está trabalhando com a validade do modelo do senso comum, apresenta um problema com que estudantes de outras línguas não necessariamente precisam se preocupar com o mesmo grau de afinco. É um objetivo comumente verbalizado por parte de alunos de línguas que eles adorariam ser fluentes na língua-alvo, e uma das estratégias para se aproximar de tão imponente realização é buscar uma pronúncia aceita como “correta”, ou padrão, ou o que alguns alunos erroneamente acreditam ser uma pronúncia sem sotaque. Isso pode dar bons resultados para algumas línguas que tendem a ser localizadas: o dialeto parisiense, por exemplo, se francês for a língua, ou talvez o dialeto do alto alemão para estudantes de alemão. Para muitas línguas que uma pessoa possa estudar, há um dialeto regional que serve de modelo para pronúncia. Eu ousaria dizer, no entanto, que o inglês se encontra no extremo oposto: o inglês é uma língua altamente regionalizada na forma de diversas pronúncias identificáveis no mundo todo; ao buscar uma fluência nativa, qual pronúncia de inglês esse estudante deveria escolher? No Reino Unido, o “inglês padrão” é referido como RP,

---

<sup>3</sup> Novamente, a clareza por meio da simplificação está sendo usada; não pretendo ofender ninguém ao deixar o Canadá fora do exemplo. Tecnicamente, “inglês americano” é “inglês norte-americano”, o qual inclui Canadá e Estados Unidos; ao usar a expressão “inglês americano”, estou especificando o foco linguístico para um território cultural e não para uma área geográfica.

ou pronúncia recebida, e dentro da Inglaterra RP é geralmente aceito como “inglês padrão”. No entanto, esse inglês padrão na Inglaterra é, para um ouvido americano, um dialeto muito regionalizado – “Ah, você é da Inglaterra, não?” um americano diria. O inglês, assim como o francês parisiense, está inextricavelmente preso a uma região e uma cultura, apesar de para o inglês nenhum dialeto parecer se sobressair lingüisticamente, pelo menos em uma perspectiva global, como mais correto ou adequado do que outro, sob qualquer modo objetivo ou quantificável. Esses dialetos simplesmente refletem o regionalismo da cultura na qual estão inseridos. Ironicamente, um estudante brasileiro que consegue eliminar o sotaque brasileiro de sua pronúncia do inglês terá puramente substituído esse sotaque por outro de um dialeto regional particular do inglês no processo. A ironia de tentar alcançar uma pronúncia livre de sotaques para o inglês é esta: ninguém tem sotaque em inglês – desde que permaneça na região onde o sotaque seja usado. Ao viajar para uma outra área de dialeto regional, de repente todos à volta terão um sotaque – inclusive o viajante. Para um aluno que está aprendendo alemão, o modelo do senso comum se encaixa muito bem para desenvolver um sotaque autêntico e claro que o estudante pode usar eficazmente dentro do propósito de falar alemão como na Alemanha. Mesmo assim, se o aluno viajar para Suíça, Áustria ou Liechtenstein, usar e entender o sotaque Hochdeutsch poderá ser muito útil, mas começará a mostrar suas limitações quanto mais o aluno se desloque para regiões onde um sotaque particular prevalece.

O inglês apresenta um desafio ainda maior para o aluno que busca o “melhor” sotaque. Nosso exemplo do alemão, em comparação ao inglês, se justifica quase completamente pela localização geográfica da língua. O inglês, ao contrário, é tanto a primeira língua como a língua oficial em aproximadamente sessenta países ou territórios espalhados no globo. Ainda, como o inglês pertence a tantos países e culturas, não é mais propriedade única desses lugares geográficos e culturas regionais. Parece que agora o inglês encontra-se em uma posição peculiar. Apesar de estar inextricavelmente conectado à localização geográfica e à cultura nas suas mais variadas formas regionais, o inglês – ao contrário de outras línguas que mudaram suas origens culturais e regionais para novos dialetos geograficamente regionalizados – está agora mudando para além da geografia e da cultura.

Se observarmos o constante aumento do uso do inglês como língua franca, para o que talvez seja mais importante do que uma pronúncia regional “autêntica” ter uma

pronúncia clara do inglês, que facilite a comunicação entre culturas e além de diferenças regionais, conseguir um sotaque regional americano do inglês pode não ser tão útil para o futuro do Brasil como tem sido historicamente, ou como o modelo do senso comum fez os brasileiros assim acreditarem. Certamente, a fluência no inglês americano será muito efetiva para estudantes que planejam trabalhar ou viver na América, ou que planejam trabalhar com empresas americanas, mas talvez um inglês americano regional não seja tão valorizado fora dos Estados Unidos.

Ou será que é? Pode-se ostensiva e efetivamente contrapor que o inglês americano é favorecido pelas estatísticas em relação a outros dialetos, como o inglês britânico ou o australiano, se o ranking comparativo considerar somente o número de estudantes internacionais de inglês que viajam a países falantes de inglês para estudar. Aqui entra uma opinião, mas uma opinião amplamente sustentada por várias pessoas que dão a essa situação um peso considerável. Alunos internacionais que tive da China, de Taiwan, da Coreia do Sul, da Arábia Saudita e do Brasil manifestaram que nos seus respectivos países falar um dialeto do inglês americano é muito valorizado, por exemplo, no mercado de trabalho. Em suas culturas, o inglês americano é “melhor” para esses alunos por uma vantagem pragmática, ou do mundo real, um ponto de vista. O inglês americano tem para esses alunos e suas culturas o que parece ser um prestígio linguístico, mas que é um prestígio que a língua recebe em virtude do país ou da cultura que a língua representa.

A língua naturalmente gravita, pelo uso e pelo tempo, para formas que mais clara e efetivamente facilitem a comunicação do que é mais importante para os que compartilham tal língua, e o inglês americano é com certeza a melhor forma de expressar o que a cultura americana valoriza. O inglês americano, enquanto língua viva, está imbuído da cultura americana: há palavras, expressões e idiomas cheios de valores culturais, normas, ideais e pontos de vista etnocêntricos. O inglês em geral recebeu o impulso para tornar-se globalizado por influências hegemônicas: inicialmente por se expandir a esfera e influência da Inglaterra, mas, na História mais recente, o inglês americano parece ocupar o centro do palco, pois a língua representa o poderio político, econômico e cultural e também o prestígio cultural notável dos Estados Unidos.

Nesse ponto farei pura especulação, mas acredito que valha a pena compartilhá-la para refletir sobre um outro aspecto, especialmente no que se refere ao Brasil. O inglês não alcançou o seu atual status de língua global por puro mérito linguístico. Há

pouca coisa inerente à própria língua, exceto pela extensão do léxico, talvez, que a aponte como o melhor candidato linguístico para uma língua internacional. O inglês chegou a essa posição por ser a língua de nações que tiveram uma grande fatia de influência, ou prestígio, e/ou poder econômico, cultural e político no mundo. A hegemonia trouxe o inglês para a linha de frente, e outras culturas e nações ou aquiesceram ou abraçaram o inegável valor ou necessidade de se aprender e usar a língua das nações que falam inglês. Cada pessoa que aprende o inglês se torna parte da comunidade global de fala inglesa, uma comunidade que ainda apresenta em seu âmago muito das culturas hegemônicas originais. O inglês, no entanto, não pertence mais unicamente a certos países, culturas ou territórios. Não obstante, se assim pensarmos, ao mesmo tempo em que se promove a língua para ser aceita como a língua do mundo, isso confere um valor desproporcional de propriedade àqueles países e culturas que são vistos como detentores dos direitos originais ou exclusivos sobre a identidade da língua.

### **Um modelo alternativo de pronúncia do inglês**

Alguém poderia argumentar, ainda, que apesar da advertência contra o modelo do senso comum, não podemos evitar a realidade de o inglês ser a língua da comunicação do mundo real, e então um falante não-nativo precisa ter uma pronúncia clara. Qualquer que seja o sotaque, seja regional ou por outra razão, a comunicação precisa ser inteligível. Novamente sugerimos que o modelo do senso comum pode funcionar, mas poderá não dar certo do modo mais efetivo para todos, especialmente para as pessoas que mantêm sua própria identidade regional, nacional ou cultural plenamente valorizada.

Talvez pareça claro que um modelo intercultural alternativo torna-se necessário para substituir o atual modelo do senso comum, pelo menos em termos de promoção do desenvolvimento de uma pronúncia clara e menos restrita regionalmente. Proponho que, para que os alunos desenvolvam uma pronúncia mais flexível entre culturas e regiões bem como uma compreensão auditiva igualmente acostumada a uma maior variedade de pronúncias regionais de inglês, deveriam ser expostos a uma variedade de dialetos regionais em seus estudos. Além disso, eu diria que o modelo já existe, e parece-me que está funcionando muito bem; será, eu acho, ainda mais efetivo quando reconhecido mais diretamente como um modelo aceitável. Esse modelo, coincidentemente, é o que eu observei no PLE. O programa tem um grupo de professores de inglês fluente em diversos regionalismos do inglês. Ao conversar com os diversos professores do

programa, ouvi uma maravilhosa variedade de dialetos britânicos, sul-africanos e americanos do inglês, e dentro da coletividade dos professores eles dispunham de um conhecimento mais amplo e menos restrito regionalmente a respeito do uso regional do inglês do que um professor típico americano de inglês como língua materna. Essa é uma vantagem importante para alunos que conseguem abandonar o modelo do senso comum de aprendizado de inglês, porque os estudantes começarão a perceber que têm a oportunidade de desenvolver uma compreensão menos restrita regionalmente, mais intercultural, do inglês.

Uma exposição a essa variedade de dialetos regionais e usos é muito prática, mas também muito subjetiva para os alunos. Durante o tempo que passei no PLE, o inglês que ouvi de muitos alunos era bonito, sedutor, melodioso e muito claro e fácil de compreender. A pronúncia era distintiva – era singularmente brasileira – e ainda assim tão clara e inteligível para mim como qualquer pronúncia regional americana. Houve, no entanto, alunos que conheci que pediam desculpas por esse maravilhoso sotaque, e outros que se sentiam envergonhados ou retraídos por não dispor do que achavam ser a pronúncia melhor ou mais correta do inglês.

Para os brasileiros que acreditam que sua própria cultura tem tanto valor quanto a americana e para os brasileiros que têm orgulho de sua identidade como brasileiros, um primeiro passo possível para validar essa identidade seria o de os brasileiros começarem a aceitar que o inglês que eles falam é o seu próprio inglês, e não um inglês que pertence a mais alguém. O modelo do senso comum encoraja com primor um modelo etnocêntrico do inglês correto a ser erroneamente estendido a um modelo universal; eu sugeriria que o único requisito universal que pode legitimamente e respeitosa ser pedido a qualquer dialeto ou pronúncia do inglês, à luz da expansiva responsabilidade global que o inglês está assumindo como língua, é que seja conducente para uma comunicação efetiva, inteligível e clara. A partir desse ponto de vista alternativo fora do modelo etnocêntrico de inglês, acredito que a pronúncia singular e própria que os brasileiros têm do inglês é igualmente autêntica.

### **Proxêmica da cultura, proxêmica da linguagem**

A pronúncia é talvez uma qualidade do inglês que mais facilmente possibilite ao falante não-nativo do inglês a tomar posse dessa língua. Ainda assim a pronúncia é um aspecto da língua que sofre a influência do modelo do senso comum. E a gramática do inglês?

Discutivelmente, a pronúncia é uma premissa menos central no modelo do senso comum do que a gramática da língua. É possível dizer que o modelo do senso comum é claramente a estratégia mais efetiva para aprender os usos pragmáticos da gramática do inglês – ou seja, a gramática do inglês pode ser mais fluentemente compreendida e aprendida quando estudada em um contexto sócio-cultural autêntico. Deveríamos perguntar se a gramática do inglês é também um meio potencial de expressar valores culturais e de identidade diversos. O inglês e a cultura estão profundamente entrelaçados; talvez a cultura esteja entremeadada na tessitura da gramática do inglês também. Para verificar se o modelo do senso comum deve ser analisado com os mesmos olhos críticos para o etnocentrismo em relação à gramática, passemos, por um momento, da linguística para o campo sócio-culturalmente imerso da antropologia e analisemos o tema da Proxêmica.

A Proxêmica<sup>4</sup> enquanto campo de estudo tem sua gênese nos estudos interculturais de Edward T. Hall, com a codificação de distâncias físicas entre as pessoas à medida que interagem umas com as outras. Hall observou e mediu as distâncias físicas entre pessoas em situações sociais divergentes e identificou uma correlação clara entre a distância social e a distância física. Isso significa dizer que Hall percebeu que a distância física possível de ser medida entre duas pessoas específicas em uma interação social particular servia como um indicador empiricamente observável e quantificável da interpretação subjetiva, conceitual e sócio-culturalmente compartilhada entre duas pessoas a respeito de sua própria relação: duas pessoas que se consideram amigas manifestam uma distância física mais próxima, ao que Hall chamou de “espaço pessoal”, do que qualquer pessoa demonstra ao interagir com um conhecido ou colega de trabalho, ao que Hall chamou “distância social”. Os amigos, conforme observou Hall, interagem com uma proximidade muito maior se comparados ao espaço observado na interação com estranhos. As distâncias físicas relacionadas com espaços sociais distintos desenham fronteiras praticamente estáveis; se uma pessoa se aproxima a uma distância maior do que a esperada culturalmente para determinada interação social, seu comportamento poderá ser interpretado como “amigável demais” ou intrusivo; se estiver fora da norma de distância, essa pessoa poderá ser considerada reservada ou fria.

---

<sup>4</sup> A proxêmica é por certo uma área muito maior profundidade e extensão do que eu aponte aqui; o tratamento restrito que dou aqui para o assunto serve para manter o foco no nosso tópico principal. O livro que Hall publicou em 1966 (*A Dimensão Oculta*) investiga questões e problemas da meta-linguagem do espaço em comunicação intercultural (especificamente os capítulos 10 a 12).

Esse aspecto antropológico começa a fornecer um pouco de luz sobre a nossa discussão a respeito do inglês e da identidade cultural, em especial ao se ressaltar que Hall observou que as medidas proxêmicas não eram, de modo algum, homogêneas entre as culturas. Os dados estabelecidos para distâncias físicas relacionadas a distâncias sociais, por exemplo, na Inglaterra foram muito maiores que as medidas observadas no Brasil. Na verdade, o que seria apropriado para interações em “espaço pessoal” para uma cultura poderia mais confortavelmente coincidir com o que uma cultura diferente interpretaria como “distância social”. Em uma reunião de negócios intercultural, por exemplo, um sócio brasileiro e outro britânico poderiam estranhar-se mutuamente; um perguntaria porque seu colega de reunião está tão inoportunamente “colado” a ele, enquanto o outro sentiria que seu colega não está muito interessado no assunto em pauta. Para quase todos que tiveram a oportunidade de viajar de uma das culturas supramencionadas para a outra, essa é uma diferença imediatamente perceptível – e assim mais comumente notada – entre britânicos e brasileiros: “os brasileiros são tão receptivos e amigos”, um inglês poderia enfatizar, enquanto um brasileiro pensaria “os ingleses parecem tão distantes, tão frios”.

Afirmo, além disso, que nós humanos talvez tenhamos mais que um único meio de proxêmica, o de usar o espaço pessoal físico para comunicar uma mensagem de distância social determinada culturalmente. Eu ousaria dizer que podemos encontrar também na língua interpretações culturais distintas das relações sociais.

Mesmo que haja necessidade da língua para a dimensão de espaço físico, eu sustentaria que as línguas têm sua própria capacidade ímpar de comunicar uma distância social pela dimensão do tempo – em especial no uso do tempo verbal –. Em considerando que o substantivo comum “proximidade” circunda não somente a noção de espaço físico, mas também a de espaço temporal, o tempo verbal na gramática, é interessante notar, também serve para comunicar sentimentos de intimidade ou de distância nas relações sociais. Apesar de a palavra “proxêmica” nunca aparecer *per se* nas minhas aulas de inglês como segunda língua, acredito ser freqüentemente necessário ensinar “proxêmica linguística”<sup>7</sup> aos alunos que estão nos Estados Unidos para aprender inglês. Observe-se o exemplo de um estudante da Arábia Saudita em uma aula de gramática em nível baixo-intermediário:

Teacher, I need a worksheet - give me a worksheet.  
Sure, but can you ask in a different way?

Yes - I want another copy of the worksheet. Please give me a worksheet.

Oh, "Please" is good – can you ask? Can you think of a nicer way to ask?

...?<sup>5</sup>

O aluno estava convencido de que sua frase estava gramaticalmente correta – e sintaticamente estava – e justificadamente ele estava perplexo por que ainda não tinha recebido a sua folha de exercícios. Ele tinha o pressentimento de que algo estava faltando. O que se segue a momentos de aula como esse são discussões acaloradas sobre a curiosa cultura linguística dos americanos: algo que eu chamo de “gramática da polidez”<sup>6</sup>. O que os alunos descobrem é que aprender inglês nos Estados Unidos significa aprender também a cultura do inglês. Aprender o inglês americano requer estar sensível à cultura americana na qual a língua se satura. Na cultura americana, é direto demais – eu ousaria dizer que é rude – um aluno dizer “Give me” (Me dá) a um professor universitário; esperam-se frases mais polidas como “Can I” (Posso?) ou “Could I” (Poderia?). O usuário não-nativo do inglês, então, precisa desenvolver uma consciência pragmática: uma habilidade de perceber que o inglês obedece não só a regras gramaticais, mas também a regras culturais, situacionais e propositivas. O que se comunica não pode fazer sentido unicamente dentro da cabeça do falante; precisa também responder ao que o ouvinte espera ouvir. O que teria acontecido, por exemplo, se o aluno acima estivesse em um restaurante, ao invés da minha sala de aula, e dissesse ao garçom “Give me a Coke?” (Me dá uma Coca.). Na verdade, coincidentemente aconteceu de o aluno árabe ter realmente dito isso em um restaurante na semana anterior; depois de nossa discussão em aula sobre por que não deveríamos dizer “Give me” (Me dá) a certas pessoas em determinadas circunstâncias, a proverbial “luzinha” acendeu para aquele aluno. Ele conseguiu sua Coca no restaurante na semana anterior, mas também conseguiu ficar confuso por causa da reação de irritação do garçom.

---

<sup>5</sup> Professor, eu preciso de uma folha de exercícios – me dá uma folha de exercícios.

Claro, mas você pode solicitar de uma forma diferente?

Sim – eu quero outra cópia da folha de exercícios. Por favor me dá uma folha de exercícios.

Ah, o “por favor” é muito bom – você pode solicitar? Consegue usar uma forma mais educada de pedir?  
...?

<sup>6</sup> Essas duas ideias – proxêmica linguística e gramática da polidez – aproximar-se-iam muito bem do conceito linguístico de dêixis social. Para o inglês, no entanto, a literatura em dêixis social parece limitada aos títulos honoríficos (senhor, senhora, sua excelência). Se já houver outra expressão para nomear algum ou ambos os conceitos abordados, desculpo-me antecipadamente; por enquanto ainda não encontrei termos já estabelecidos para cada conceito, para o que, então, usei nomes que eu mesmo designei.

Ainda assim, é justo que admita que eu mesmo tive que aprender essa lição de que o que um aluno de línguas assumiria como um universal da linguagem é talvez uma visão etnocêntrica da língua centrada na experiência sócio-cultural de uma pessoa. No outono de 1999 solicitei um semestre especial para viajar ao Brasil com o propósito de estudar português. Meu objetivo em passar um semestre no Brasil era desenvolver uma melhor empatia pela perspectiva do estudante sobre o que está envolvido no aprendizado de uma nova língua; então pensei que a melhor maneira de fazer isso era eu mesmo ser aluno. Um mês após minha chegada ao país tive a sorte de conhecer uma família brasileira muito acolhedora, que me ofereceu estadia por várias semanas. Em uma noite, a mãe estava sentada à mesa da cozinha, bebendo uma cerveja. Ela sabia que eu também queria uma cerveja, mas igualmente sabia que eu estava no Brasil para aprender a língua, então nessa noite ela esperou que eu descobrisse como pedir. Isso seria muito fácil, pensei, e eu já tinha um pouco de vocabulário em português. Fiz o que pensei ser uma frase excelente para conseguir minha cerveja:

Eu gostaria de uma cerveja, por favor.

Hmm?

Eu, eu gostaria de uma cerveja.

Não entendo. O que você quer?

Uma cerveja – eu queria ter uma cerveja, por favor.

Você está imaginando uma cerveja? Você quer ou não quer?

Agora eu sabia – ou pelo menos tinha certeza – de que tinha feito uma solicitação perfeitamente compreensível. Afinal, era quase uma tradução direta do que eu teria dito em inglês, o que eu sabia, por experiência, que me garantiria a cerveja: “I would like a beer, please” (Eu gostaria de uma cerveja, por favor). Por um minuto me senti perdido. Às vezes minha anfitriã e eu conversávamos sobre o assunto, e eu consegui minha cerveja, mas também comecei a perceber que meu conceito de gramática correta era um conceito culturalmente específico, um conceito etnocêntrico de gramática. Eu já tinha percebido as diferenças mais tangíveis e comumente percebidas dos brasileiros, como a receptividade e afetuosidade dos brasileiros que tinha conhecido. Começou a ficar claro que essa proximidade possivelmente também estava na língua.

Na cultura americana, tendemos a manter uma distância física enorme uns com os outros em interações sociais, e parece que nossa língua reflete gramaticalmente o que acontece fisicamente. No inglês americano, tendemos a criar distância com o tempo –

com o tempo verbal – para refletir na língua o que também manifestamos no espaço físico. É muito normal para americanos falar sobre o presente usando tempo passado no verbo. Por exemplo, um americano que está tentando postar um pacote no correio pode abordar um estranho dizendo: “Excuse me, but I was wondering if you knew where the closest post office was.” (Com licença, mas eu estava me perguntando se você sabia onde ficava a agência de correios mais próxima).

Por que os americanos colocam, com frequência, uma situação real e presente no domínio dos tempos gramaticais passados? Fazemos isso como uma forma de criar uma distância polida, para mostrar ao estranho que reconhecemos seu espaço pessoal. Isso funciona como um teste de transparência social, para falar, para verificar se o estranho nos convidaria ao seu espaço social. Comunicamos por meio da língua essa cultura de respeitar a individualidade que permeia nossa cultura americana.

### **Em Roma, faça como os romanos**

Ao retornarmos ao nosso modelo do senso comum e olharmos a partir dessa perspectiva para o que aconteceu tanto para o estudante árabe nos Estados Unidos como para mim no Brasil, percebemos que ambos utilizamos nossas novas línguas incorretamente. Eu estaria no meu direito da ‘perspectiva do senso comum’ enquanto professor falante nativo do inglês para dizer ao meu aluno “Não, não está correto”, e que essa seria uma frase correta dentro do modelo do senso comum. O que eu decidi dizer, no entanto, foi que a frase do aluno estava gramaticalmente correta; essa não era, porém, a forma de solicitar a que um professor americano está culturalmente acostumado a ouvir. Solicitei que ele guardasse sua solicitação original para usar com amigos íntimos e para incluir a gramática de polidez social ao conversar com um profissional americano conhecido ou estranho.

O modelo do senso comum tem muito valor e mostra um modelo para o aprendizado pragmaticamente correto e fluente do inglês. Um aluno estudando com um professor americano em um programa americano de inglês como segunda língua aprenderá, por exemplo, que não é bom que se diga a um estranho “Excuse me, what time is it?” (Com licença, que horas são?). Ao contrário, é muito melhor que se diga “Excuse me, could you tell me what time it is?” (Com licença, você poderia me informar que horas são?). Aqui me perderei em minúcias, como se diz, mas o farei com um objetivo em mente: o professor americano deu ao aluno uma descrição

perfeitamente correta do uso do inglês americano. Isso está em sincronia com a identidade cultural e regional americana. O problema aparece, entretanto, quando o professor não indica esse uso, ou quando o aluno não percebe que essa é uma descrição etnocêntrica da cultura americana e interprete isso como “em inglês, tipicamente não se deve dizer a um estranho ‘Excuse me, what time is it?’, mas é melhor que se diga ‘Excuse me, could you tell me what time it is?’”. Ao fazer isso, o aluno expandiu conceitualmente um modelo americano etnocentricamente correto para um modelo universal de inglês.

Onde está o prejuízo disso? É muito importante, e recompensador, como mencionei anteriormente, ser capaz de usar a língua de modo que permita uma pessoa a ingressar nessa cultura e comunidade linguística e ser aceito como membro, e também ser capaz de comunicar-se efetivamente com falantes nativos do inglês. Penso que é perfeitamente admirável, desde que o usuário não-nativo conscientemente perceba que o inglês “correto” que ele escolhe usar em uma região ou cultura falante de inglês específica é um inglês etnocentricamente correto, e por assim ser não é ideologicamente melhor ou superior do que qualquer outro inglês; é simplesmente diferente e uma forma de mais bem responder à cultura em que essa língua é usada. Brasileiros que usam o inglês no Brasil, uma vez que escolham fazer isso, estão perfeitamente corretos em dizer a um estranho “Excuse me, what time is it?”, se for aceitável para o estranho brasileiro que ouvir a frase.

O inglês, à medida que continue a crescer e se desenvolver como nossa língua franca, também deve se permitir falar por novas identidades culturais, como já o fez historicamente. Eu sugeriria que o modelo do senso comum das línguas tem seu valor, desde que entendido de sua perspectiva própria, uma perspectiva global. A identidade da língua é a identidade da cultura; se todas as culturas devem ser valorizadas, então todas as identidades de língua devem igualmente ser valorizadas. O inglês como uma língua do mundo não pode pertencer a todos, se se acredita que pertence a apenas alguns.

Tradução: Profa. Dra. Maria Helena Menegotto Pozenato

## **Referências**

FREIRE, Paulo. *Pedagogy of the oppressed*. New York: Continuum, 1970.

HALL, Edward T. *The Hidden Dimension*. New York: Anchor Books, 1990.